

Instrumento de Medição de Resultado (IMR) da Fiscalização da Adequação do Sistema de Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga

1. Definição: INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) – documento anexo ao contrato ou documento equivalente que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;
2. Objetivo a atingir: obtenção da melhor execução do objeto, mediante a definição de indicadores de acompanhamento de qualidade dos serviços prestados durante a vigência do contrato ou documento equivalente.
3. Forma de avaliação: definição das situações (indicadores) que caracterizem o não atendimento do objetivo e atribuição de grau de correspondência, de 1 a 4, de acordo com os indicativos de metas a cumprir, compreendendo glosas, que podem ser cumulativas, de 0,5% a 2,5% do valor das etapas a serem fiscalizadas conforme os documentos editais.
4. Apuração: ao final de cada período de apuração, o Fiscal do contrato preencherá a planilha de cálculo, o índice global e a encaminhará a contratada para conhecimento do valor da glosa a ser aplicada a determinado período de apuração, ajustado ao cumprimento das metas deste acordo e adoção das medidas recomendadas, quando houver.
5. Está assegurado o direito de defesa da CONTRATADA nas hipóteses que ensejarem a aplicação das sanções indicadas acima. Serão excluídas das valorações as etapas ou atendimentos que não tiverem sido cumpridas dentro do prazo estabelecido por influência de motivos fortuitos ou força maior, ou se a Administração deu causa ao problema.

MENSURAÇÃO

Grau de Relevância	Correspondência
1	Glosa de 0,5 % sobre o valor da Fatura por evento
2	Glosa de 1,0 % sobre o valor da Fatura por evento
3	Glosa de 2,0 % sobre o valor da Fatura por evento
4	Glosa de 2,5 % sobre o valor da Fatura por evento

IMR – FISCALIZAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO

Item	Descrição do Indicador/ Situações	Grau de Relevância
1 – Qualidade dos Serviços	Deixar de enviar os relatórios solicitados nos documentos editalícios.	4
	Recusar-se a entregar documento (comprovante, fatura, etc.) quando solicitado pelo fiscal de contrato.	4
	Fornecimento de informação incorreta à fiscalização.	2
	Destruição ou danificação intencional de documentos relacionados à fiscalização.	4
	Omissão na informação de condições que exigem a adoção de providências para funcionamento correto dos equipamentos ou na execução de serviços.	4
	Dano a equipamentos por imprudência, por omissão ou imperícia na atuação.	4
	Emissão de relatórios/documentos fora do prazo estipulado ou combinado com a fiscalização.	2
	Relatórios de serviço com informações incompletas ou incorretas.	3
	Falta dos elementos mínimos no relatório de serviços indicado nos documentos editalícios.	3
2- Equipe de execução dos serviços e uso de equipamentos de proteção	Emprego de funcionário desqualificado para execução dos serviços.	4
	Recusar-se a substituir profissional, após solicitação justificada da fiscalização.	3
	Falta de identificação dos prestadores com crachá.	1
	Execução de serviços sem equipamentos de proteção.	2
	Deixar de fornecer os equipamentos de proteção aos funcionários que executam os serviços.	2
	Uso de equipamentos de proteção inadequados ou deteriorados.	2

Observações: A glosa será somente sobre o valor referente ao período de apuração com irregularidades.